

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU  
GESTÃO EDUCACIONAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Santa Maria, junho de 2006.

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO Lato Sensu  
ESPECIALIZAÇÃO EM  
GESTÃO EDUCACIONAL**

**Prof. Clóvis Silva Lima**  
Reitor

**Prof. Maria Alcione Munhóz**  
Diretor do CE

**Prof<sup>a</sup> Clovis Renan Jacques Guterres**  
Coord. do Curso de Especialização em Gestão Educacional

# **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

### **1. APRESENTAÇÃO**

Este documento pretende ser um instrumento político, cultural e científico de construção coletiva constituindo-se no roteiro que orienta as ações do Curso que têm como proposta básica a formação do gestor educacional.

O Centro de Educação da UFSM tem uma tradição estabelecida na oferta de formação continuada de professores para a educação básica através de seu Curso de Especialização em Gestão Educacional.

Assim, esta proposta objetiva traçar os parâmetros que nortearão os princípios e as diretrizes para a orientação das atividades de ensino, pesquisa e extensão visando esboçar uma formação que desenvolva em todo docente egresso características de sujeito reflexivo, questionador, aberto às inovações, supondo a construção de uma sólida formação científica na área específica aliada de consistente formação pedagógica e de formação humana e cultural, bem como atenda de modo mais amplo possível, com flexibilidade e autonomia os interesses prioritários do sistema educacional.

A proposta está pautada por linhas pedagógicas gerais historicamente construída ao longo de duas décadas de existência do Curso, ao lado da análise tanto das propostas governamentais atuais oriundas da legislação em vigor, quanto das questões advindas das discussões internas em torno do novo paradigma de sociedade, o qual supõe a construção de uma identidade própria, preservando as características de independência intelectual que devem marcar os concluintes do Curso.

## 2. JUSTIFICATIVA

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei 9394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, a construção da autonomia escolar deverá ser resultado da Gestão democrática, através da qual a escola deverá assumir compromisso com a construção de sua identidade.

Isso justifica-se na medida que a tendência dessa proposta é superar a divisão social do trabalho pedagógico instaurada em nossas escolas a partir da Lei 5540/68 através da formação de especialistas para atuar por setores na escola, que naquela conjuntura cumpriram muito bem seu papel, porém passando um olhar sobre as atuais exigências sociais, profissionais, observa-se naturalmente o esgotamento do ciclo de supervisores, administradores e orientadores na instituição escolar. Como as demais instituições devemos nos inserir nos processos científicos e tecnológicos de modo a conduzirmos através de nossas práticas as instituições escolares a processos gestionários da democracia no seio educacional, vendo-o como parte integrante e indissociável da formação social. Isso é o germe do processo de trabalho coletivo que pode resgatar a base fundante da função social da escola e o compromisso de seus profissionais frente a um contexto que requer profissionais mais preparados.

Por “gestor educacional” entende-se o docente habilitado para exercer, tanto as funções pedagógicas, como as funções administrativas na perspectiva da gestão democrática como um processo de superação da divisão do trabalho na instituição escolar e nos sistemas educacionais aos moldes da organização fordista/taylorista.

Nesta perspectiva, as instituições educativas, pelas políticas educacionais, calcadas na descentralização administrativo-pedagógica, estão sendo progressivamente responsabilizadas pelos resultados que produzem, por movimentos de defesa da autonomia, por políticas de desregulamentação de processos e de questionamentos e procedimentos centralizadores nos sistemas de ensino. Assim, no âmbito escolar, a decisão unipessoal, está sendo cada vez mais questionada e, cada vez mais incentivada para o desenvolvimento da co-responsabilidade e construção de projetos coletivos.

Neste contexto, a instituição formadora assume relevante papel no estabelecimento de componentes curriculares teórico-práticos capazes de suscitar nos futuros gestores a problemática da gestão democrática.

A partir disto, o Curso busca a reflexão em torno do cumprimento do princípio de implantação da gestão democrática voltada para atender o dever do Estado de modo que cada indivíduo possa se auto-governar como ente dotado de liberdade e ser capaz de participar como cidadão consciente e crítico de uma sociedade de pessoas livres e iguais, a partir da prática coletiva na escola.

O Curso procura estabelecer parcerias com várias entidades científicas de modo a não perder de vista a pauta de sucessivas inovações propostas exigidas pelo contexto social e pelas normativas. A atualidade da proposta têm gerado muitas expectativas nos inúmeros candidatos que anualmente buscam acesso a este currículo, como referência e alternativa de estudos continuados, além de melhores condições na carreira do magistério, uma vez que propicia promoção nos Planos de Carreira Estadual e Municipal.

Diante disso a instituição formadora através deste Curso assume papel relevante frente ao compromisso de qualificar recursos humanos para atuar numa nova instituição escolar, para tal pretensão possuímos, atualmente tanto os requisitos infra-estruturais quanto recursos humanos qualificados e em consonância como o novo paradigma de gestão escolar.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Proporcionar formação continuada aos profissionais da educação no campo da gestão educacional.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- . Análise e reflexão do sistema escolar brasileiro a partir das políticas educacionais vigentes;
- . compreender criticamente os sistemas escolares em seus aspectos administrativos,

técnicos, pedagógico, políticos, econômicos e culturais, com vistas a organização escolar mais democrática;

. elaborar produção científica relevante na área de gestão, como trabalho final de curso.

#### **4. PERFIL DO EGRESSO**

A gestão democrática, na proposta do Curso, é uma relação teórico-prática que deve envolver a participação de todos no desempenho administrativo-pedagógico e no compromisso sócio-político de modo que legitime a inserção da comunidade interna e externa nos planos e projetos da escola.

Nesta perspectiva o perfil do egresso almejado deve contemplar amplas competências e habilidades na área de Gestão Educacional, de modo que o concluinte, de fato, domine os conhecimentos referentes à construção da autonomia escolar em seus aspectos micro e macro, isso requer compromissos embasados na qualidade das atividades de ensino e da produção científica, bem como o estabelecimento de fortes relações entre a escola básica e o ensino superior, como meio de consolidar trocas que enriqueçam a ambos, pois os egressos do cursos atuam em instituições escolares desde a docência que é feita nos Cursos de Graduação como os demais cargos que hoje necessitam estar dispostos interdisciplinarmente.

Neste caso, “gestor” não é um termo que designa um cargo, uma função na estrutura organizacional das instituições educativas. Refere-se a processos, políticas e ações administrativas em cuja articulação definirá as metas, as definições políticas e as práticas escolares, pensando gestão como um espaço de encontro entre o estado e a sociedade civil na escola. Isto indica que o papel do gestor não se esgota no âmbito da escola, está também estritamente vinculado à gestão do sistema educativo.

#### **5. ÁREAS DE ATUAÇÃO**

O Curso de Pós-graduação em Gestão Educacional em nível de Especialização Lato Sensu, prepara e qualifica profissionais para atuar nas áreas da Gestão Escolar e Educacional.

## **6. LINHAS DE PESQUISA**

As Linhas de Pesquisa tem o propósito de preservar a Identidade do Curso no que se refere a sua especificidade, centrada na área de Gestão Educacional e Escolar. Agregar docentes e alunos e concentrar a produção científica do Curso.

**6.1 Gestão da Organização Escolar** – Esta linha tem por objetivo a investigação à Instituição Educativa (Escola/Universidade etc.) no que se refere a sua estrutura organizacional, suas instâncias deliberativas (Conselhos) e executivas (Direção, Coordenação, etc.) nos mecanismos de escolha de Dirigentes (eleições) assim como suas formas de integração com a comunidade interna e externa. Somam-se a esses fatos a organização didático pedagógica, a formação continuada do Corpo Docente e o cotidiano da Instituição consubstanciada no Projeto de Desenvolvimento Institucional ( P.P.P./P.D.I .etc.)assim como na Avaliação Institucional.

**6.2 – Políticas Públicas e Gestão Educacional** – Esta linha tem por objetivo a investigação do sistema educacional brasileiro, a partir das políticas públicas vigentes e suas relações com as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas e seus impactos sobre a sociedade e o ensino. Abrange a linha, as temáticas que envolvem o sistema nacional de educação e avaliação em sua totalidade, portanto, em nível federal, estadual e municipal, soma-se ainda a análise e o acompanhamento crítico da legislação atual, do Plano Nacional da Educação, das Reformas de Ensino confrontadas um diagnóstico atual e contínuo e real das necessidades da sociedade brasileira

## **7. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA**

As questões propostas por uma sociedade em rápido processo de transformações sociais, políticas e tecnológicas, exige novos desafios para a escola. Isto indica que a formação é um processo. Não podemos encará-la como momentos estanques agrupados em um currículo profissional.

Ao falar da formação do educador, seja inicial ou continuada, estamos tratando de toda a sua experiência de vida, de sua trajetória pessoal, intelectual e social, dotada de uma coerência, uma unidade, o que lhe dá uma identidade como sujeito.

Este é um referencial para o Curso, pois compreende tanto a dimensão individual, quanto social.

A dimensão individual engloba os saberes técnicos e atitudinais que o educador deve dominar respeitada sua subjetividade, enquanto a dimensão social determina a vida de cada um que se dá através das relações sociais, dos valores, da cultura, entre outras.

O Curso é de caráter permanente, com uma carga horária de 360 horas-aula sendo destas 270 horas de disciplinas obrigatórias comuns a todos os alunos ( seis disciplinas) e 90 horas em disciplinas de atividade complementar integralizada através de disciplinas Optativas, vinculado), ao planejamento curricular do aluno, de modo a constituir-se em aprofundamento e ou atualização de conhecimentos da área. Têm um total de 24 créditos. Cada unidade de crédito corresponde a quinze (15) horas aula. O período de duração do Curso encontra-se em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-graduação da Instituição mantenedora, que em seu artigo 64, Inciso I, será de dezoito meses com uma prorrogação de até seis meses, em caráter excepcional a critério do seu Colegiado, somente para a elaboração de Monografia.

O Curso abrirá até 30 vagas, anualmente, podendo este número ser inferior, quando do acúmulo de orientandos por orientador, ou outro fator interveniente, a critério do Colegiado.

Ao matricular-se num semestre o aluno deverá ter concluído os créditos do(s) semestre(s) anterior (es) e, ao apresentar a Monografia, deverá ter concluído todas as disciplinas. O aluno deverá matricular-se, a cada semestre, na Disciplina Elaboração de Monografia, ( EDM) sob a orientação de um docente credenciado no Curso. Ainda em acordo com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM, artigo 5º o Curso terá um Colegiado, uma Coordenação e uma Secretaria de Apoio Administrativo.

A orientação e elaboração de Monografia acontecerá, concomitante ao desenvolvimento do 1º e 2º semestres letivos do Curso.

Conforme Artigo 10 da Resolução CNE/CES nº 1, de 03 de abril de 2001, não será computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de Monografia.

Durante o Curso serão oferecidas 9 disciplinas Optativas, com trinta (30) horas cada, distribuídas nos três semestres, devendo o aluno matricular-se obrigatoriamente em três.

Conforme o artigo 23 do Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM, cada aluno do Curso terá um professor orientador credenciado pelo Colegiado do Curso, que será escolhido em comum acordo entre aluno, o professor em questão e o Coordenador do Curso durante o 1º semestre letivo do Curso.

O professor orientador deverá estar em plena atividade de pesquisa e ser detentor de, no mínimo, do título de Mestre.

## **8. PÚBLICO ALVO**

O público alvo do curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional- Especialização será composto de portadores de Diploma ou Certificado de previsão da conclusão do Curso Superior em Nível de Graduação, substituível até a matrícula.

Nesta perspectiva, busca-se uma proposta curricular que identifique o Curso, a partir de sua natureza na área das políticas educacionais através das políticas sociais, como curso de educação continuada, não mais voltado para a formação de profissionais para exercer funções parceladas e setORIZADAS na escola, mas qualificar o profissional para, como competências e habilidades nas áreas administrativo-pedagógicas construir, a partir do coletivo escolar, a gestão da educação.

## 9. ESTRUTURA CURRICULAR

### 9.1 - A Organização Curricular

#### 1º semestre:

CÓD.	CRÉD.	C.H	DISCIPLINAS
FUE 713	03	45	Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional
ADE 727	0	45	Políticas Públicas e Gestão Educacional
ADE 728	02	30	Financiamento da Educação
ADE 726	03	45	Metodologia Científica
ADE 729	02	30	Política do Ensino Superior: Formação de Professores
EDM 001			Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 135h Optativas = 60h **Total = 195** horas-aula

#### 2º Semestre:

CÓD.	CRÉD	C.H	DISCIPLINAS
ADE 730	03	45	Gestão Educacional e Organização Escolar
ADE 731	03	45	Enfoques de Pesquisa
ADE732	02	30	Política de Educação de Jovens e Adultos
FUE 714	02	30	Desenvolvimento Humano em diferentes Abordagens
ADE733	02	30	Organização Curricular
EDM 001			Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 90h Optativas = 90h **Total = 180** horas-aula

#### 3º Semestre:

CÓD.	CRÉD	C.H	DISCIPLINAS
ADE 734	03	45	Planejamento Educacional e Projeto Institucional
FUE 715	02	30	Conflitos Interpessoais e a Gestão Escolar
GES707	02	30	Tópicos Específicos de Gestão Educacional
ADE735	02	30	Avaliação Institucional
FUE 716	02	30	Antropologia da Educação: Cultura Organizacional
EDM001	-	-	Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 45h Optativas = 120h **Total = 165** horas-aula

## 9.2 - Disciplina/Professor

### 1º Semestre

<b>CÓDIGO</b>	<b>C.H.</b>	<b>PROFESSOR</b>	<b>TITUL.</b>
FUE 713– Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional	45	Clóvis Renan Jacques Guterres Hugo Fontana	Dr.
ADE728– Financiamento da Educação	30	Leocadio José Ribas Lameira	Dr.
ADE727 – Políticas Públicas e Gestão Educacional	45	Myrian Cunha Krum	Ms <sup>a</sup>
ADE 726– Metodologia Científica	45	Prof <sup>a</sup> Karina Klinke	Dr <sup>a</sup>
ADE729 – Políticas do Ensino Superior: Formação de Professores	30	Prof <sup>o</sup> Paulo Aukar	Ms.
EDM 001 – Elaboração de Monografia		Professores Credenciados	

### 2º SEMESTRE

<b>CÓDIGO</b>	<b>C.H.</b>	<b>PROFESSOR</b>	<b>TITUL.</b>
ADE 730– Gestão Educacional e Organização Escolar	45	Elisabeth Mousquer	Dr <sup>a</sup> .
ADE 731 – Enfoques da Pesquisa	45	Leocádio José Ribas Lameira	Dr.
FUE 714– Desenvolvimento Humano em diferentes abordagens	30	Ane Carine Meurer Fabiane Tonetto Costas Lorena Inês P. Marquezam	Dr <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Ms <sup>a</sup>
ADE732 – Política de Educação de Jovens e Adultos	30	Karina Klinke	Dr <sup>a</sup>
ADE733 – Organização Curricular	30	Rosane Carneiro Sarturi	Dr <sup>a</sup>
EDM 001 – Elaboração de Monografia			

### 3º Semestre

<b>CÓDIGO</b>	<b>C.H.</b>	<b>PROFESSOR</b>	<b>TITUL.</b>
ADE734 – Planejamento Educacional e Projeto Institucional	45	Celso Ilgo Henz	Dr.
FUE 715– Conflitos Interpessoais e a Gestão escolar	30	Lúcia Salete Dani Jorge Luiz da Cunha	Dr <sup>a</sup>
ADE735 – Avaliação Institucional	30	Sueli M.Pereira e Glades Félix	Dr <sup>a</sup> e Ms.
FUE716 – Antropologia da Educação	30	Ceres Karan Krum	Dr <sup>a</sup>
GES707 – Tópicos Específicos de Gestão Educacional	30	Professores Credenciados	
EDM 001 – Elaboração de Monografia		Professores Credenciados	

### **9.3 – DISCIPLINAS/PROGRAMAS/BIBLIOGRAFIAS**

#### **DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA GESTÃO EDUCACIONAL**

Departamento: FUE                      Créditos: 3                      Carga Horária: 45  
Curso: Especialização em Gestão Educacional

**Objetivo:** Propiciar aos alunos uma visão ampla e integrada dos pressupostos que fundamentam a gestão educacional.

**Ementa:** Fundamentos da educação e do trabalho a partir de Durkheim, Marx e Weber; fundamentos da Gestão Educacional a partir das relações entre fábrica e escola; análise das relações entre estado, sociedade e educação a partir do confronto entre estado do bem estar social e estado neo-liberal e suas relações com a gestão.

#### **PROGRAMA**

##### **Unidade I** Os Fundamentos da Educação e do Trabalho

- 1.1 A questão dos “fundamentos”
- 1.2 As Concepções clássicas
- 1.3 Comte / Durkheim / Parsons
- 1.4 Marx / Gramsci / Pistrak
- 1.5 Weber

##### **Unidade II** Os Fundamentos da Gestão da Fábrica e da Escola

- 2.1 As Revoluções industriais, as fábricas e as escolas
- 2.2 O Modelo Taylorista-fordista
- 2.3 Os Novos modelos de gestão da fábrica e da escola

##### **Unidade III** Estado, sociedade e educação

- 3.1 Orígens e evolução do conceito de Estado.
- 3.2 O Estado de bem estar social
- 3.3 O estado neo-liberal
- 3.4 Estado, educação e gestão educacional

##### **Unidade IV** Os Problemas contemporâneos para a fundamentação da gestão educacional

- 4.1 Globalização e neoliberalismo
- 4.2 Modernidade versus pós-modernidade

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :**

- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**, São Paulo: Martins Fontes / Editora Universidade de Brasília, 1982
- BARBIER, René. **Pesquisa-Ação na Instituição Educativa**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- BALZAN, N. e SOBRINHO, José Dias. **Avaliação Institucional – Teoria e Experiências**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**, São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- CHATELET, Françoise e outros. **História da Idéias Políticas**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1985.
- COHN, Gabriel (Org) Weber – **Sociologia** . São Paulo: Editora Ática
- GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A Falsificação do Consenso**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **Em defesa da Sociologia**, São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GOMES, Candido. **A Educação em Perspectiva Sociológica**, São Paulo, EPU, 1985.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995,
- LIBÂNEO, José Carlos . **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J.F. e TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1986.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.) **História da Educação – Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP – Editora Autores Associados, 1999.
- LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo, Cortez editora, 1985.
- LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional – Uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. **Filosofia da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1985.
- MOUSCA, Gaetano e BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- RAYS, Oswaldo (org.). **Trabalho pedagógico**. Porto Alegre, Sulina, 1999.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **Sociologia Política**. São Paulo, DIFEL, 1979.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação**. Camponas SP, Editora Autores Associados, 1995.

**DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO EDUCACIONAL**  
Departamento : ADE                      Créditos: 03                      Carga Horária: 45 Hs/a

**EMENTA:** Constituição Federal. Leis Educacionais Atuais. Planejamento Educacional

**OBJETIVO:** Compreender as relações entre as políticas educacionais e as políticas do macro sistema econômico.

## **PROGRAMA**

### **1- Estado e educação:**

- Nacionalismo e educação no Brasil;
- Estado neoliberal e instituições sociais;
- Neoliberalismo e organização da educação;
- Globalização e descentralização.

### **2- Legislação educacional:**

- Constituição Federal de 1988;
- LDB – Lei 9394/96
- Gestão democrática;
- Autonomia escolar;

### **3- Plano Nacional de Educação**

- Diretrizes e **metas**

## **Referências:**

AFONSO, A.J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. In **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXII., n. 75, agosto/2001, pp.15- 32.

BIANCHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

**CADERNOS CEDES**. Políticas públicas e educação. N.55, ano XXI, Campinas, 2002.

CURY, C.R.J. A Educação Básica no Brasil. In **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set/2002, pp. 169-202..

DOURADO, L.F. e PARO, V.H. (orgs.) **Políticas públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In DOWBOR, L. , IANNI, O. , RESENDE, P.E. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.pp. 9-16.

KUENZER, Acácia et.ali. **Planejamento e Educação no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1990.  
MENDONÇA, E. F. Estado patrimonial e gestão democrática. In **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXII,, n. 75, agosto/2001, pp.84-110.

MORAES, Reginaldo. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set/2002, pp. 13-24.

NASCIMENTO, E. P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In DOWBOR, L. , IANNI, O. , RESENDE, P.E. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.pp. 74-94.

PLANK, David. **Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública**. Porto alegre: Artmed,2001.

ROMANO, R. e VALENTE, I. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? In **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set/2002, pp. 97-108.

SANDER, B. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Líber Livro, 2005.

VIGEVANI, Tullo. Globalização e política: ampliação ou crise da democracia? In DOWBOR, L. , IANNI, O. , RESENDE, P.E. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.pp. 285-296.

WERLE, Flávia Obino. **O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira**. São Paulo: Editora universidade São Francisco, 2005.

## **DISCIPLINA: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

Departamento: ADE

Créditos: 2

Carga Horária: 30

Curso: Especialização em Gestão Educacional

### **Ementa:**

Bases legais para o financiamento da educação no Brasil. O Fundef e o Fundeb. O salário educação. Verbas para a educação: federal, estadual e municipal.

### **Objetivos:**

Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender os mecanismos de financiamento da educação no país, nos estados e nos municípios.

### **PROGRAMA:**

#### **UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS LEGAIS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

1.1 – A Constituição Federal de 1988

1.2 – A LDB/96

1.3 – O FUNDEF/FUNDEB

1.4 – PNE/01

1.5 – Salário Educação

1.6 – Legislação Estadual e Municipal

#### **UNIDADE 2 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

2.1 – Fontes de recursos

2.2 – Recursos vinculados à educação

2.3 – Financiamento da educação

2.4 – Fiscalização das receitas e gastos em educação

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: fev. 2004.

BRASIL. MEC. **Legislação do Fundef**. Brasília/DF: Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Legisla.shtm>> Acesso em: 11 maio 2004.

\_\_\_\_. **Balço sobre o Fundef 1998-2000.** Brasília/DF: Disponível em:  
<<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: nov. 2000.

BRASIL. MEC. INEP. **Censo Escolar 2002.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>  
Acesso em: dez. 2002.

\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Brasília/DF: 1998b.

\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo Escolar 97.** Brasília/DF: 1998a.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?** São Paulo:  
Xamã, 2004.

\_\_\_\_. **O FUNDEF e as verbas da educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20/12/1996 (atualizada  
até 2004). In: DAVIES, Nicholas. **Legislação educacional federal básica.** São Paulo:  
Cortez Editora, 2004.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no financiamento da educação no  
Brasil.** Campinas/SP: Autores Associados, 1997.

MONLEVADE, J. e FERREIRA, E. **O FUNDEF e seus pecados capitais.** Ceilândia, DF:  
Idea Ed., 1998.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos e descontos.** Ceilândia, DF:  
Idea Ed., 1997

## **DISCIPLINA : Política de Ensino Superior: Formação de Professores**

Departamento : ADE

Créditos : 02

Carga Horária: 30 h

### Ementa:

O gerenciamento político das relações da educação básica e das modalidades da educação com a educação superior. A formação dos professores em cursos de licenciatura plena, em cursos normais de nível médio em em cursos de complementação pedagógica. A questão particular do curso de licenciatura em pedagogia. A gestão da educação continuada dos professores pela escola básica, pelas escolas profissionalizantes, pelos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior. As inflexões políticas da formação de professores por meio das reformas do sistema educacional.

### Objetivo:

Contextualizar a formação dos professores da educação básica no âmbito da reforma educacional brasileira desencadeada em 1996, procurando explicitar sua funcionalidade para um Estado mínimo de Direito em uma economia de mercado.

### Programa:

- ∞ O papel da educação superior na formação inicial e continuada dos professores da educação básica.
- ∞ Formação de professores da educação básica e gerenciamento estatal dos sistemas de ensino: o papel da competência.
- ∞ A formação inicial em cursos de licenciatura plena. A formação do professor da educação básica em nível médio: extinção? Complementação pedagógica de bacharéis e situações emergenciais.
- ∞ O novo formato do curso de pedagogia.
- ∞ Formação de professores e modalidades de ensino.
- ∞ A formação dos professores indígenas.
- ∞ Formação de professores, autonomia escolar e gestão democrática.
- ∞ Informatização da escola e dos sistemas de ensino vistos pelo ângulo da formação de professores.
- ∞ Educação continuada dos professores da educação básica e do ensino profissionalizante gerida pelas escolas e pelos sistemas de ensino.
- ∞ Formação de professores das escolas básicas e pesquisa.

### Referências:

Ministério da Educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior**. Maio/2000.

- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 9, de 8 de maio de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 21, de 6 de agosto de 2001.** Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 28 de 2 de outubro de 2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- MEC-CNE-CP. **Resolução Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- MEC-CNE-CP. **Resolução Nº 2, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- MEC-CNE-CP. **Resolução Nº 1, de 17 de novembro de 2005.** Altera a Resolução CNE/CP Nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.
- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 5, de 13 de dezembro de 2005.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 3, de 21 de fevereiro de 2006.** Reexame do Parecer CNE/CP Nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- MEC-CNE-CP. **Parecer Nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

## **DISCIPLINA – METODOLOGIA CIENTÍFICA**

**Modalidade: Obrigatória Carga Horária – 45h/a**

**Ementa:** Produção de trabalhos científicos. Normas técnicas atuais de redação e apresentação do trabalho científico (ABNT). Especificidades da pesquisa em educação e os campos teórico-metodológicos que a fundamentam. Elaboração do projeto de pesquisa. A escrita da monografia.

**Objetivos:** Utilizar as normas técnicas atuais para elaboração de trabalhos científicos. Conhecer as especificidades da pesquisa em educação. Elaborar um projeto de pesquisa. Compreender o processo de escrita da monografia.

**Conteúdo:**

**Unidade 1:** Produção e apresentação de trabalhos científicos:

- Leitura de textos científicos;
- Fichamento ;
- Citação;
- Resumo;
- Relatórios científicos;
- Resenha;
- *Paper*;
- Artigos científicos;
- Memorial;
- Monografia;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Unidade 2:** Especificidades da pesquisa em educação:

- Políticas atuais para a pesquisa em educação;
- Os campos de estudo que fundamentam a pesquisa em educação – sociológico, histórico, filosófico, psicológico, psicanalítico, antropológico, linguístico etc.

**Unidade 3:** Elaboração do projeto de pesquisa em educação:

- Temáticas pertinentes à pesquisa em educação;
- Investigação e revisão de bibliografia sobre a temática definida;
- Elaboração da problemática na pesquisa em gestão educacional;
- Definição do objeto e dos objetivos da pesquisa;
- Escolha dos procedimentos da pesquisa – abordagem etnográfica, estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa participativa entre outros.

**Unidade 4:** A escrita da monografia:

- Argumentação;

- Emprego da citação na produção textual;
- A produção de um estilo de escrita;
- Sistematização e validação dos saberes científicos;
- Unidade e coerência no equilíbrio das partes que compõem a monografia.

### **Bibliografia:**

ABIP, M.A.; et al. *Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores*. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2001.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Unidade 7 – As ciências. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.247-286.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KLINKE, Karina (org.). *Produção de textos acadêmicos: da leitura à escrita*. Santa Maria, RS, 2006 (mimeo)

MARQUES, Mario Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 4ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.) *Pierre Bourdieu. Escritos de educação*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol 1. Parte I. Cap 1- Da ciência moderna ao censo comum. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.p 45-117.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Dani8el Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**DISCIPLINA:** Gestão Educacional e Organização Escolar

**Departamento :** ADE - **Créditos :** 03

**Carga Horária:** 45 Hs/a

**Curso de Especialização em Gestão Educacional**

**EMENTA:** Teorias da administração e gestão educacional. Matrizes teóricas da administração escolar no Brasil. Tendências atuais da administração escolar. Os princípios da gestão democrática do ensino. A organização escolar.

**OBJETIVO:**

Proporcionar aos alunos uma compreensão ampla sobre gestão e organização escolar, enfatizando as principais concepções e recentes tendências políticas e de alteração na legislação em relação ao campo específico.

**UNIDADE 1 Teorias da administração escolar e gestão educacional**

1.1 Matrizes teóricas da administração escolar

1.2 Política e administração da educação no Brasil: aspectos históricos e legislação

**UNIDADE 2 Gestão democrática do ensino público**

2.1 Democracia: conceitos e potencialidades

2.2 Novas configurações da gestão educacional

2.3 O Estado e a formação do cidadão

2.4 A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação

**UNIDADE 3 A organização escolar a partir da relação com a comunidade**

3.1 Eleição de diretores

3.2 Conselho escolar e Conselho de classe

3.3 Regimento escolar

3.4 Projeto institucional

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

FERREIRA, Naura S. C. (org.). **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCE, Maria Beatriz. (org.). **Gestão escolar democrática:** concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

MACHADO, Carlos R. S. **A produção da gestão democrática da e na educação para a democracia sem fim.** In: Cadernos de Educação Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Educação, ano 14, n. 24, jan/jul. 2005.

PARO, Vitor Henrique. **O princípio da gestão democrática no contexto da LDB.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, v.14, n. 2 jul/dez. 1998.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina.** Construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP:Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e gestão democrática da educação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Porto, Portugal: Afrontamento, 1998.

WERLE, Flávia Obino C. **Novos tempos, novas designações e demandas:** diretor, administrador ou gestor escolar. In: revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Anpae. V. 17, n. 2 jul/dez. 2001.

## **DISCIPLINA: ENFOQUES DE PESQUISA**

Departamento: ADE

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Curso: Especialização em Gestão Educacional

### **Ementa:**

Aspectos teóricos da pesquisa educacional: relação entre filosofia e ciência, a questão do método, o empírico e o dialético na pesquisa científica. Pesquisa empírica: estudos descritivos. A pesquisa qualitativa: análise documental, estudo etnográfico, enfoques fenomenológico e dialético da pesquisa em Educação. Alguns procedimentos na pesquisa qualitativa: a observação participante, a entrevista, história de vida, análise de conteúdo. O microcomputador (Internet) como ferramenta de pesquisa.

### **Objetivos:**

Oferecer bases teóricas e operacionais quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa científica no campo da Educação, tendo em vista a aplicação de conceitos básicos da pesquisa assim como o desenvolvimento do espírito crítico, da observação e participação.

### **PROGRAMA:**

#### **UNIDADE 1 – BASES TEÓRICAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

- 1.1 – Questões teóricas relacionadas com a pesquisa na educação.
- 1.2 – Aprofundamento de conceitos fundamentais subjacentes à pesquisa.

#### **UNIDADE 2 – PESQUISA EMPÍRICA**

- 2.1 – A pesquisa empírica, seus alcances e limitações.
- 2.2 – Tipos de estudos descritivos.
- 2.3 – Métodos quantitativos nos procedimentos de coleta e análise de dados.

#### **UNIDADE 3 – PESQUISA ALTERNATIVA**

- 3.1 – Abordagens qualitativas da pesquisa em Educação.
- 3.2 – Estudos histórico-críticos e etnográficos.
- 3.3 – O enfoque fenomenológico e o enfoque dialético.
- 3.4 – Coleta de dados na pesquisa qualitativa.
- 3.5 – Observação participante.
- 3.6 – Entrevista não-diretiva.
- 3.7 – História de vida.
- 3.8 – Análise de conteúdo.

## UNIDADE 4 – AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

### 4.1 – O computador e a Internet: ferramenta de pesquisa e na gestão educacional.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, Alda Judithe Mazzotti. **Pesquisa quantitativa**. São Paulo : Pioneira, 1998.
- ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre : Globo, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia de la investigación**. Buenos Aires : Kapelusz, 1968.
- AZANHA, José Mário Pires. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo : EDUSP, 1992.
- BICUDO, M. A. V. & ESPOSITO, V. H. C. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba : UNIMEP, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 7.ed. São Paulo : Brasiliense, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Repensando a pesquisa participante**. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo : Cortez, 1998.
- COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis : Vozes, 1995.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 5.ed. São Paulo : Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo : Atlas, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à metodologia científica**. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1987.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre (Org.) **Les méthodes de la recherche qualitative**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1987.
- FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo : Cortez, 1992.
- FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1991.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Cadernos de pesquisa**, n. 55. São Paulo, nov. 1985.
- GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo : Atlas, 1994.
- GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. In: **Em Aberto**, v. 5, n. 31, p. 1-17. Brasília : INEP, 1986.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. 6.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.
- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologia qualitativa na sociologia**. Petrópolis : Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Dialética hoje**. Petrópolis : Vozes, 1990.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo : EPU: EDUSP, 1980.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo : Perspectiva, 1980.

LAKATOIS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo : Atlas, 1991.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo : EPU, 1986.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíeses.** São Paulo : Cortez, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec-ABRASCO.

NOSELLA, Paolo. Aspectos teóricos da pesquisa educacional. In: **Educação & Sociedade**, n. 19, p. 5-20. São Paulo : Cortez, 1984.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência.** 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

POPPER, Karl R. **Conjeturas e refutações.** 2.ed. Brasília : Ed. da UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo : Cultrix, 1972.

REZENDE, Antônio Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação.** São Paulo : Cortez, 1990.

REZENDE, Antônio Muniz de *et al.* **Iniciação teórica e prática às ciências da educação.** Petrópolis : Vozes, 1979.

SANTOS FILHO, José Camilo dos & SANCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo : Cortez, 1995.

SARMENTO, Walney Moraes *et al.* **Problemas metodológicos nas ciências sociais.** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1989.

## DISCIPLINA – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEPARTAMENTO: ADE

Créditos : 02

Carga Horária – 30h/a

**Ementa:** Histórico das políticas educacionais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Condições atuais das políticas de EJA em seus aspectos legais. As implicações das políticas de inclusão social nos sistemas de educação e na elaboração do Projeto Político Pedagógico de EJA.

**Objetivos:** Interpretar as políticas públicas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e elaborar projetos políticos pedagógicos que visem a inclusão social do público jovem e adulto.

Unidade 1: Aspectos históricos da EJA no Brasil:

- Permanências e mudanças na história da educação pessoas jovens e adultas que implicam na situação atual da EJA;
- Planos, leis, reformas e programas educacionais que contemplaram a EJA no Brasil.

Unidade 2: Desafios presentes e futuros da EJA no Brasil e no Rio Grande do Sul:

- Processo de democratização da educação e a inclusão social;
- A nova identidade da educação de adultos na legislação atual sobre educação (pós Constituinte de 1988);
- O papel do Estado na oferta de ensino aos jovens e adultos;
- A difusão das parcerias nos serviços públicos não-estatais;
- A educação continuada ao longo da vida.

Unidade 3: Projetos Políticos Pedagógicos de EJA

- Propostas pertinentes à inclusão de jovens e adultos na educação continuada;
- Elaboração de metas compatíveis com o financiamento da EJA, com a capacitação dos professores e os objetivos dos sistemas de ensino;
- Como viabilizar propostas para uma educação popular.

### **Bibliografia:**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em [www.planalto.gov.br/legislacao/leis](http://www.planalto.gov.br/legislacao/leis)

\_\_\_\_\_. Lei 9394/96 de 20.12.96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em [www.planalto.gov.br/legislacao/leis](http://www.planalto.gov.br/legislacao/leis)

\_\_\_\_\_. Lei 10.172/01 de 09.01.01. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em [www.planalto.gov.br/legislacao/leis](http://www.planalto.gov.br/legislacao/leis)

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB 11/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em [www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad)

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs) *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Instituto Paulo Freire (Guia da escola didadã), v.5, 4ª ed., 2001.

HADDAD, Sérgio; DI PIERREO, Maria do Carmo. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*. mai/jun/ago, 2000, n.14, p.108-130. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2000.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índices de analfabetismo e de escolarização no Brasil*. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

PICONEZ, Stela C. Bertholo. *Educação escolar de jovens e adultos*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. Divisão de Educação de Jovens e Adultos. *Diretrizes político-pedagógicas: ressignificando a educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: DEJA/DP/SE, 2003-2006.

## DISCIPLINA : ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

DEPARTAMENTO : ADE

Créditos: 02

Carga Horária: 30 Hs

### EMENTA:

Os paradigmas curriculares e sua influência na organização escolar. Dimensões de currículo. Currículo: conceitos e problemas principais. Currículo e pós-modernidade. Os parâmetros curriculares nacionais. Currículo, interdisciplinaridade e temas transversais. A proposta político-pedagógica como a unidade na diversidade do cotidiano escolar. Os profissionais da educação como participantes na gestão democrática.

### OBJETIVO DA DISCIPLINA

Estabelecer o diálogo entre a escola e o seu contexto social, político e cultural, proporcionando aos acadêmicos fundamentos teóricos capazes de promover a relação dialética entre a teoria e a prática curricular, imprescindíveis para uma participação efetiva na gestão da escola.

### PROGRAMA DA DISCIPLINA

Unidade 1: Os paradigmas curriculares e sua influência na organização escolar

- 1.1 Dimensões de currículo.
- 1.2 Currículo: conceitos e problemas principais.
- 1.3 Currículo e pós-modernidade.

Unidade 2: A proposta político-pedagógica como a unidade na diversidade do cotidiano escolar.

- 2.1 Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, os temas transversais do currículo;
- 2.2 Os conteúdos curriculares e os parâmetros curriculares nacionais (PCNs)
- 2.3. Proposta Político-pedagógica;
- 2.4. Regimento Escolar;
- 2.5. Plano de Estudos e Plano de Trabalho.

Unidade 3: Os profissionais da educação como participantes na gestão democrática

- 3.1 O currículo como essência do fenômeno educacional;
- 3.2 Gestão democrática- administrativa, financeira e pedagógica, uma questão paradigmática;
- 3.3. Escola como espaço de construção de saberes.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DOMINGUES, J. L. Interesses humanos e curriculares. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: MEC/INEP, 1986.
- DOLL JR, W. E. Currículo: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno; PEREZ GOMEZ. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

**FREIRE, Paulo**. Educação na cidade. **4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.**

MOREIRA, A. F.B. Currículo e programas no Brasil. Campinas: Papyrus, 1990.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SARTURI, Rosane Carneiro. **O processo da construção curricular na Constituinte Escolar**: implicações e possibilidades. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 402 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Programa Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

## **DISCIPLINA :DESENVOLVIMENTO HUMANO- DIFERENTES ABORDAGENS**

### **CARGA HORÁRIA 30 H ( 2- 0 ) CRÉDITOS**

**Ementa:** A disciplina abrange a teoria do desenvolvimento dialético de Wallon, a concepção simbólico – cultural de Gardner, e o desenvolvimento ecológico sistêmico de Bronfenbrenner relacionados a aprendizagem e seus intercâmbios junto ao contexto da Gestão Educacional.

**Objetivos:** Conhecer e identificar as teorias contemporâneas caracterizadas por aspectos dialéticos, simbólico – cultural e ecológico do desenvolvimento.

#### **Conteúdos Programáticos:**

##### **I unidade: O desenvolvimento dialético de Wallon**

- 1.1 – Aspectos gerais da teoria de Henry Wallon
- 1.2 – A importância da emoção no desenvolvimento
- 1.3 – Implicações educacionais dos estudos de Wallon

##### **II Unidade: A concepção simbólico- cultural**

- 2.1 – Howard Gardner e a Teoria das Inteligências Múltiplas
- 2.2 – Principais conceitos
- 2.3 – Contribuições educacionais

##### **III Unidade: A Teoria Ecológica**

- 31 - , Urie Bronfenbrenner e a Ecologia do Desenvolvimento Humano
- 32 – Principais conceitos
- 3.3 – Os sistemas componentes do desenvolvimento

#### **BIBLIOGRAFIA**

- BRONFENBRENNER, U. **Ecologia do desenvolvimento humano**.Porto Alegre: Artemed, 2000.
- COLL, C., PALACIOS, J.; MARCHESI, A, **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia Evolutiva**. Porto alegre: Artes Médicas, 1995. Vol.01.
- COLL, C., PALACIOS, J.; MARCHESI, A, **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas – A teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GARDNER, H. **Estruturas da mente**. Porto Alegre:Artes Médicas, 1994.
- KREBS, R. J. **Desenvolvimento Humano. Teorias e estudos**.Santa Maria: Casa Editorial, 1995.

NEWCOMBE, N> **Desenvolvimento Infantil. Abordagem de Mussen.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WALLON, H. **As origens do caráter da criança.** Ed. Nova Alexandria.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** São paulo: Martins Fontes, 1981.

WOOLFOLK, A, **Psicologia da educação.**Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

## **DISCIPLINA : PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E PROJETO INSTITUCIONAL (45H)**

Departamento: ADE      Créditos: 3      Carga Horária: 45

OBJETIVO: *Oportunizar aos professores o conhecimento e a reflexão dialógica sobre o planejamento educacional brasileiro e sobre os fundamentos e possibilidades de uma construção participativa do projeto institucional da escola enquanto busca de sua identidade e comprometimento com o seu papel social.*

EMENTA: Papel social da escola. O professor como gestor escolar na reconstrução do fazer pedagógico. Planejamento Educacional. Políticas, estrutura e construção do Projeto Institucional. Planejamento Participativo.

### PROGRAMA:

#### I. – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

- Planejamento Educacional: entre o Estado e a Escola
- A organização institucional frente à legislação vigente
- Fundamentos teórico-metodológicos da construção do Projeto Institucional
- A construção do coletivo escolar e o planejamento participativo
- Projeto institucional: políticas, estrutura e organização
- O projeto institucional como articulador e metodologia da práxis pedagógica
- As responsabilidades do professor como agente gestor do fazer administrativo-pedagógico.

#### II. – TEMÁTICAS E/OU ASPECTOS A SEREM CONTEMPLADOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL

- Componentes curriculares e cargas horárias
- Interdisciplinaridade
- Avaliação
- Relações intra e interpessoais na escola (ambiente, afetividade, poder, limites...)
- Interação escola-comunidade
- Formação continuada de professores
- Valorização das diferenças culturais

- Inclusão de portadores de necessidades educativas especiais
- Outros...

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel (Og.). *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. P.A.: ArtMed, 2001.
- ARROYO, M. *Ofício de Mestre. Imagens e auto-imagens*. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- BENINCÁ, E. e CAIMI, F. E. (orgs). *Formação de Professores. Um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2002.
- BRASIL. *Lei 9.394/96 de 20/12/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília/DF: Ministério Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.
- BRASIL: MEC/INEP. *Plano Nacional de Educação*. Brasília/DF: Ministério da Educação e do Desporto/Ministério Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.
- BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 8ª ed. SP: Cortez, 2003.
- COSTA, M. V. *Escola Básica na Virada do Século. Cultura, política e currículo*. 2ª ed. SP: Cortez, 2000.
- DALMÁS, A. *Planejamento Participativo na Escola. Elaboração, acompanhamento e avaliação*. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1923 – 1988*.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 6ª ed. RJ: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25ªed. RJ: Paz e Terra, 1998.
- FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Formação Continuada e Gestão da Educação*. SP: Cortez, 2003.
- FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Gestão Democrática da Educação. Atuais tendências, novos desafios*. 3ª ed. SP: Cortez, 2001.
- FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). *Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos*. 2ª ed. SP: Cortez, 2001.
- GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto-pedagógico. In: *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*. Brasília: MEC, 28 ago./02 set. 1994.
- GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamento para a sua realização. In: *Autonomia da Escola: princípios e projetos*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GANDIN, D. *A Prática do Planejamento Participativo*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- HENGEMÜHLE, A. *Gestão de Ensino e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. SP: Cortez Editora, 2003.

- LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. 2ªed. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 2001.
- MENDES, D. T (Org.). *Filosofia da Educação Brasileira*. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1985.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3ªed. SP: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2001.
- NÓVOA, Antônio (Org.). *Vida de Professores*. 2ª ed. Portugal: Porto, 1995.
- PARO, V. H. *Escritos sobre Educação*. SP: XAMA, 2001.
- PARO, V. H. *Administração Escolar: introdução crítica*. SP: Cortez/Autores Associados, 1986.
- PERRENOUD, P. *10 Novas Competências para Ensinar*. PA.: Artmed, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo: uma Reflexão sobre a Prática*. 3ª ed. Trad. de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre/RS: ArtMed, 1998.
- SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis/: Vozes, 1998.
- VEIGA, I. P. A. (org.). *Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção possível*. 15ª ed. SP: Papirus, 2002.

## DISCIPLINA: OS CONFLITOS INTERPESSOAIS E A GESTÃO ESCOLAR

DEPARTAMENTO: FUE CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 H/a

**EMENTA:** Esta disciplina contempla dois aspectos centrais: o enfoque teórico e investigativo sobre a moralidade numa perspectiva psicogenética e a reflexão sobre as relações interpessoais na escola diante dos conflitos sociomoraes, nas dimensões cognitiva, afetiva, sócio-antropológica, moral, administrativa e pedagógica, de forma a contribuir para o favorecimento de práticas educativas mais justas, solidárias e éticas.

**OBJETIVOS:** Refletir e debater sobre os conflitos que se fazem presentes nas relações interpessoais na escola.  
Compreender o processo de construção da moralidade num enfoque psicogenético.

### PROGRAMA:

Unidade 1: A construção da moralidade.

- 1.1- O desenvolvimento moral e a construção da autonomia na proposta psicogenética;
- 1.2- O desenvolvimento cognitivo, afetivo e social e seus entrelaçamentos com a moralidade.

Unidade 2: A escola, os conflitos interpessoais e a gestão escolar.

- 2.1- Compreendendo alguns conceitos: conflitos, agressividade, violência;
- 2.2- O professor: os conflitos interpessoais e os sentimentos;
- 2.3- O professor: a agressividade, a violência e a indisciplina na escola;
- 2.4- O professor: autoridade e autoritarismo;
- 2.5- A gestão escolar e a articulação dos conflitos interpessoais.

### REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AQUINO, Groppa Julio (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 11ed. São Paulo: Summus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1999.
- BAUMANN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. São Paulo: Zahar, 2004.
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DE LA TAILLE, Yves. et. al. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998.
- DE VRIES, Rheta & ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto Editora – LDA, 1994.
- FERNANDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- PIAGET, Jean. **Estudos sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O juízo moral da criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Brasil Urgente, 2004.
- SASTRE, Genoveva & MORENO, Montserrat. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade**. São Paulo: Moderna, 2002.
- STREY, Marlene N (org). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: PUCRGS, 2004.
- VIEIRA, Sofia L (org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO EDUCACIONAL**

**Departamento :**

**Créditos: 02**

**Carga Horária: 30**

**Ementa: Tópicos Específicos em Gestão Educacional**

Educação para Pessoas com Necessidades Especiais: inclusão e exclusão escolar; Educação à Distância;; Educação Indígena; Educação Profissional; Multiculturalismo.

**Objetivo:** conhecer a realidade da exclusão social e educacional no Brasil e as atuais políticas de inclusão

**OBS:** A bibliografia será indicada pelos professores responsáveis pelos temas de escolha dos alunos, tendo em vista que os TÓPICOS ESPECÍFICOS EM GESTÃO EDUCACIONAL I, II e III são optativos, sendo apenas, um deles, obrigatório. Poderão ser trabalhados em forma de seminários, conferências, aulas, produção de texto., etc...

Os professores responsáveis pelos temas escolhidos, tanto poderão ser professores do próprio curso, como professores convidados pela Coordenação do mesmo e referendados pelo colegiado.

# DISCIPLINA : ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO : CULTURA ORGANIZACIONAL

**DEPARTAMENTO:** FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO (T-P) Cr: (2- 0) 2 30 h/a

## **EMENTA:**

Concepções e objetivos do ensino da Antropologia Social, suas inter-relações com as demais ciências sociais e sua especificidade teórico-metodológica. Noções de cultura e identidade. Abordagem antropológica da cultura escolar e da cultura da empresa, nos processos de educação e escolarização. A gestão educacional sob o enfoque antropológico, priorizando a análise dos mitos e ritos relativos aos processos educacionais. A gestão educacional no contexto do multiculturalismo e o problema do relativismo cultural e do etnocentrismo nas sociedades contemporâneas. Cultura institucional, gestão educacional e as dimensões da escola como organização

## **OBJETIVOS:**

Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de refletir sobre questões relativas à gestão educacional, à cultura organizacional e à cultura escolar a partir de uma perspectiva antropológica.

## **PROGRAMA:**

### **TÍTULO E DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES**

#### **UNIDADE 1 - ANTROPOLOGIA**

##### **SUBUNIDADES 1**

A Antropologia no quadro das ciências e a história do pensamento antropológico  
A especificidade da prática antropológica  
A noção de cultura e seu desenvolvimento  
Cultura e identidade  
Relativismo cultural, etnocentrismo e educação

#### **UNIDADE 2 – ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA ESCOLAR E GESTÃO EDUCACIONAL**

##### **SUBUNIDADES 2**

O campo da Antropologia da Educação  
Cultura, educação e escolarização  
A cultura escolar: história, memória, mito, rito e educação  
Cultura escolar, cultura da fábrica e cultura da empresa  
Cultura institucional e gestão educacional  
A escola como organização e as dimensões do seu funcionamento organizativo

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRÉ, Marli E. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BOTO, Carlota A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. In Cad. CEDES. Campinas. V.23 n 61, dez 2003, p.1-14.**
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**.Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- GONZÁLEZ, Leopoldo e Domingos, Tania. **Cadernos de Antropologia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.Vol I – V.
- GUSMÃO, Neuza. **Antropologia e educação. Origens de um diálogo**. Caderno CEDES ano XVIII, nº 43, dez 1997.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico *in Revista Brasileira de História da Educação* nº1. Campina: Editora Autores Associados, 2001. p.9-44.
- KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria, Cultura e poder organizacional e novas formas de poder organizacional *in Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Atlas, 1997.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PÉREZ GOMES, A I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (org.) **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA, 2004.
- RIVIÈRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SANTOS, Rafael. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre, 2005.
- SROUR, Robert Henry**. Poder, cultura e ética nas organizações. **Rio de Janeiro: campus, 1998.**
- TORRES, Carlos Alberto**.Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado *In Teoria crítica e sociologia política da educação. São Paulo: Cortez, 2003 p.63-102.*
- XAVIER, Libania et alli (org). **Escolas, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

## **DISCIPLINA: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Departamento : ADE**  
**30 H/s**

**CRÉDITOS: 02**

**CARGA HORÁRIA:**

**EMENTA:** Trata da política de avaliação das instituições de ensino em todos os níveis: superior, médio e fundamental.

**OBJETIVO:** Conforme o que determina o artigo 9º da Lei 9394/96, inciso VI, a União deverá oportunizar condições, em colaboração com os sistemas de ensino, de avaliação institucional em todos os níveis de ensino: superior, médio e fundamental.

### **PROGRAMA:**

Política do MEC para assegurar a Avaliação Institucional;

Avaliação Institucional na Legislação;

Tipos de avaliação: Interna e Externa:

- Avaliação Interna: auto avaliação das IES através da CPA (Comissão Própria de Avaliação);
- Avaliação Externa: Diretrizes e instrumentos através das Comissões de Avaliação Externa - CTAA (Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação);
- Dimensões da Avaliação: autorização de cursos; credenciamentos de cursos; reconhecimento de cursos;
- Normas de avaliação regulatórias:
  - **SINAES** - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
  - **CONAES** - COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
  - **ACG**- AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO.
  - **ENADE** - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
  - **SAEB** - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
  - **ENEM** - EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO
- Diretrizes para Avaliação das IES.
- PAIUB - Avaliação emancipatória: a qualidade do processo
- AIP - Avaliação Institucional Participativa
- Avaliação da Educação Básica
- Instrumentos de avaliação

### **REFERÊNCIAS**

CHWIF, Leonardo. Questionários para Avaliação Institucional na lógica Fuzzy Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, v.10, out/dez, 2002, pp. 457-478.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. SC, RAIES Insular, 2000.

FONTANIVE, N.S. e KLEIN, R. Uma visão sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil - SAEB. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 29, v.8, out/dez, 2000, pp. 409-440.

GRINSPUN, Mírian P. S.Z. Avaliação Institucional. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 31, v.9, abr/jun, 2001, pp. 223-236.

GURGEL, C. R. Avaliação do desempenho docente: O CASO DO Centro de Ciências da Educação da Universidade federal do Piauí. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 27, v.8, abr/jun, 2000, pp. 217-242.

HOUSE, Ernest. **Evaluación, ética y poder**. Madrid: Morata, 2003.

JANELA, Almerindo Afonso. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. SP: Cortez, 2005.

KELLAGHAN, Thomas. O uso da avaliação na reforma educacional. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 32, v.9, jul/set, 2001, pp. 259-278.

KLEIN, Ruben. Utilização da teoria de resposta ao ítem no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 40, v.11, jul/set, 2003, pp. 297-313.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias. Avaliação Institucional participativa**. Petrópolis,RJ: Coleção Universitas, 2005.

LIBÓRIO, H. , COSTA, J.A. O impacto de avaliação externa de desenvolvimento organizacional de uma escola. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 43, v.12, abr/jun, 2004, pp. 696-710.

MALHEIRO, João. Avaliação educacional: em busca da individualização Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, v.11, abr/jun, 2003, pp. 222-232.

MEC/SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, v.2, out/dez, 1994, pp. 11-30.

NASCIMENTO, Raimundo B. e XAVIER, Lila Clotilde B. Avaliação Institucional na Alemanha e no Brasil: análise comparativa. Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 34, v.10, jan/mar, 2002, pp. 81-100.

PINTO, Fátima Cunha F. e OLIVEIRA, Carlos Alberto P. A Avaliação Institucional e a Acreditação como base para a qualidade do ensino à distância Básica in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 34, v.10, jan/mar, 2002, pp. 5-18.

PINTO, F.C.F., GOMES, S.C., LETICHEVSKI, A.C. O ENEM em síntese: propostas teóricas e desdobramentos. in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 40, v.11, jul/set, 2003, pp. 261-281.

SEGENREICH, S.C.D. O plano de desenvolvimento institucional como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 47, v.13, abr/jun, 2005, pp. 149-168.

SIMONETTI, V.M.M., NUNES, L.C., GUERREIRO, D.P. Avaliação Institucional: representações sociais dos docentes oriundos de uma instituição particular da cidade do Rio de Janeiro in RJ: CESGRANRIO: **ENSAIO**, n. 27, v.8, abr/jun, 2000, pp. 165-180.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. SP: Cortez, 2001.

#### **DOCUMENTOS:**

BRASIL, MEC - Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BRASIL, MEC. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - e dá outras providências.

BRASIL/ MEC/ INEP/ DAES - Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior: **MANUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS**, Brasília, 2002.

BRASIL/MEC - Manual de verificação in loco das condições institucionais, Brasília, setembro de 2002.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.773 de 09 de maio de 2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de Regulação, Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino.

#### **9.4 – Seleção de candidatos** será feita através de:

- 1) Análise do curriculum vitae, devendo o mesmo ser avaliado de acordo com critérios homologados pelo colegiado.
- 2) Análise do ante-projeto de pesquisa, cujos critérios para aprovação deverão ser homologados pelo colegiado.
- 3) Entrevista individual, cujos critérios da entrevista deverão ser homologados pelo colegiado.
- 4) Os critérios para análise do curriculum, do projeto de pesquisa e da entrevista, serão propostos pela Comissão de Seleção.

Serão constituídas bancas de professores para a seleção de candidatos indicadas pelo colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa mediante portaria.

A divulgação da nominata dos candidatos selecionados será realizada pelo DERCA. Caberá recurso a ser apreciado pelo Colegiado do Curso, num prazo de dez dias após a divulgação dos resultados pelo DERCA.

#### **10. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS**

Para implementação do Curso está previsto a participação de 17 professores. nove (9) professores do Departamento de Administração Escolar-ADE, oito (8) professores do Departamento de Fundamentos de Educação- FUE. Não havendo portanto a necessidade de contratação de novos recursos humanos.

O Centro de Educação dispõe de uma sala para secretaria e um funcionário para a Secretaria dos Cursos de Especializações. Dispõe também de espaços para as aulas e de equipamentos computacionais para a realização das atividades. Dispõe também, de uma Biblioteca Setorial, com bibliografia especializada e um Laboratório de Pesquisa e Documentação (LAPEDOC) onde está organizada a documentação (legislação) e onde são produzidos materiais de apoio pedagógico (Cadernos Didáticos) que dão suporte ao Curso.

## 11 – AVALIAÇÃO DO CURSO

O projeto de Avaliação Institucional do Curso é composto da **Avaliação Interna e Externa** e, será decorrente de um programa maior, intitulado Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior- SINAES, e da Carta de princípios e Diretrizes para Avaliação Institucional do Centro de Educação, o qual terá como um de seus sub-projetos o Seminário de Avaliação do Curso, como forma de avaliação interna, será realizado semestralmente e servirá tanto para análise do atual processo como para a meta-avaliação.

Este Seminário será a principal modalidade da **AVALIAÇÃO INTERNA** e, deve utilizar como base de dados a participação dos docentes e discentes no *a) Programa de Formação Continuada Pedagógica dos docentes do Curso: b) os resultados da avaliação docente pelo discente; c) Avaliação docente; d) da pesquisa com o ex-aluno; e) análise dos indicadores de qualidade, tais como: a articulação vertical e horizontal do currículo, a qualidade do ensino ministrado, a interação teoria-prática, evasão, reprovação, repetência e desempenho da produção docente e discente.* (em anexo a operacionalização dos instrumentos).

a) **Programa de Formação continuada pedagógica dos docentes do Curso:** é parte integrante da Avaliação Institucional com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de um espaço de atualização, revisão e crescimento pedagógico, ao mesmo tempo em que se propõe uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem como um todo, deve ser um evento semestral incorporado ao calendário do Curso. Serão dois dias considerados letivos, porém sem ministração de aulas, em que os docentes participam de palestras, simpósios, cursos seminários e outras atividades previamente divulgadas e aprovadas pelo Colegiado do curso, que terá como objetivo propiciar uma reflexão consistente sobre a identidade do Curso e a implantação da Gestão democrática na escola básica, favorecendo assim a formação pedagógica, a auto-avaliação na superação de fragilidades detectadas na avaliação das atividades docentes. Este evento poderá estabelecer parcerias com instituições científicas como ANPED, ANPAE,

UNDIME, FAMURS, etc... além das Coordenadorias Regionais de Educação e Secretarias Municipais de Educação e Associações de municípios

- b) **Avaliação do Docente pelo discente:** têm como instrumento de coleta de dados um questionário padronizado e coordenado pela Instituição, utilizado ao final de cada semestre letivo, aplicado via on-line para cada disciplina e turma. Este instrumento visa avaliar o desempenho docente e também o conteúdo da disciplina. Objetiva firmar junto a comunidade valores acadêmicos institucionais para o processo ensino-aprendizagem.
- c) **Avaliação docente;** em respeito a especificidade e o evidente grau de criatividade e autonomia de cada Curso, é possível que outros instrumentos de avaliação venham a ser criados e agregados ao processo. A proposta é a elaboração de um questionário interno dirigido ao professor, com questões semelhantes as da avaliação docente pelo discente aplicado pela instituição. Esses resultados deverão ser cruzados com o resultado da avaliação dos alunos, o que nos permitirá verificar o perfil do ensino, sob a ótica do professor possibilitando elementos de comparação. Essa coleta de dados deve ocorrer ao término de cada semestre letivo
- d) **Pesquisa ao ex-aluno:** ao final de cada ano letivo, encaminhar questionários através de mala direta impressa e com porte pago, aos egressos concluintes do ano anterior. Para o sucesso disso, a Coordenação deverá manter um banco de dados atualizados com o endereço dos familiares dos concluintes, para que o retorno da pesquisa seja garantido. Além de manter contato com a Secretaria Municipal de Educação-SMED e a 8ª Coordenadoria Regional de Educação- 8ª CRE, para agilizar a localização dos profissionais.
- e) **Análise do indicadores de qualidade:** manter atualizada uma série histórica organizada através da análise curricular, ou seja, uma investigação permanente sobre o desempenho dos alunos e professores nos últimos três anos, entre os quais poderemos estabelecer comparações entre desempenho das disciplinas: como número expressivo de reprovações, evasão, repetência, retenção e a diplomação. O acesso a estes dados poderá ser possibilitado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFSM

A **Avaliação Externa** será realizada por docentes sem vínculos diretos com a nossa instituição, possibilitando, desta forma, um trabalho de elevada qualidade e com alto grau de imparcialidade, sendo a cada ano designados e convidados pelo Colegiado do Curso até dois avaliadores externos.

Neste processo, o objetivo maior é oferecer subsídios para o Curso reprogramar e aperfeiçoar seu projeto político-pedagógico. Neste sentido, a avaliação do Curso é decisiva para perceber-se com maior clareza os erros e acertos e para que propostas possam ser encaminhadas e mudanças qualitativas possam ser realizadas.

Quanto a operacionalização do Seminário do Curso, o Colegiado do Curso deverá constituir uma Comissão, composta de docentes, discentes, ex-alunos, funcionários e comunidade. Tal Comissão terá a incumbência de organizar o Seminário e de sistematizar as conclusões em forma de Relatório, para posterior publicação e envio à Comissão de avaliação do Centro e da Instituição

## **12 - REGULAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

O presente regulamento objetiva estabelecer a organização normativa e curricular do Curso Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional – lato Sensu - em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, datado de janeiro de 2001 e com a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001 que estabelece normas de funcionamento de cursos de pós-graduação.

### **CAPÍTULO I DO CURSO E DE SEUS OBJETIVOS**

Art. 1º - O Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional – tem por objetivos:

I - proporcionar formação continuada aos profissionais da educação na campo da gestão educacional;

II – proporcionar análise e reflexão do sistema escolar brasileiro a partir das políticas educacionais vigentes;

III- proporcionar a compreensão crítica dos sistemas escolares em seus aspectos administrativos, técnicos, políticos, econômicos e culturais, com vistas a organização escolar democrática.

### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO**

Art. 2º - O Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional – é de natureza permanente.

**Art. 3º - A carga horária total do Curso é de 360 horas/aula correspondendo a 24 créditos.**

Art. 4º - A duração do Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional - em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM em seu art. 64, Inciso I, terá dezoito meses de duração com uma prorrogação de até seis meses, em caráter excepcional, a critério do colegiado.

Art. 5º - O Curso abrirá até 30 vagas, anualmente, podendo este número ser inferior, quando do acúmulo de orientandos por orientador, ou outro fator interveniente, a critério do colegiado.

Art. 6º - Em conformidade com o art. 5º do Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM, o Curso terá um Colegiado, uma Coordenação e uma Secretaria de Apoio Administrativo.

Art. 7º - Conforme art. 8º do referido Regimento, o Coordenador e o Coordenador Substituto deverão possuir, no mínimo, o título de mestre.

## DO COLEGIADO

Art. 8º - O colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional - em conformidade com o que preconiza o princípio Constitucional de 1988 sobre a organização das instituições educacionais a partir da gestão democrática, será integrado pelo Coordenador, Coordenador Substituto, corpo docente do curso, representantes de discentes do Curso e pelo titular da Secretaria de Apoio Administrativo na forma da Lei 9394/96, Artigo 56.

Art. 9º - Os membros do corpo docente do curso farão parte do colegiado e os membros do corpo discente serão eleitos por seus pares, sob a responsabilidade do Coordenador do Curso.

**Parágrafo Único: Farão parte do Colegiado do Curso, um Docente por disciplina.**

Art. 10- Em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Interno dos Programas /Cursos de Pós-graduação da UFSM, a constituição do colegiado será homologada pelo Conselho do Centro e seus membros serão nomeados pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, através de portaria específica.

Art. 11 – O mandato dos representantes discentes será de um ano e dos docentes de dois anos podendo haver recondução.

Art. 12 - Ao colegiado do Curso compete:

- I- credenciar e descredenciar os professores e orientadores;
- II- participar da seleção de alunos tendo o cuidado de que a especificidade do curso seja mantida;
- III- definir as cargas horárias e os créditos da organização curricular do Curso em articulação direta com os Departamentos;
- IV- homologar o Plano de Estudos dos alunos;
- V- decidir sobre o número de vagas a serem oferecidas em cada seleção;
- VI- proceder a homologação das bancas examinadoras da seleção de ingresso e das defesas de monografias;
- VII- aprovar a oferta de disciplinas, em cada semestre, acompanhada da indicação dos respectivos professores;
- VIII- deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto da UFSM, na esfera de sua competência;

**Parágrafo Único: Das decisões do colegiado caberá recurso, em primeira instância, ao Conselho do Centro e, posteriormente, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.**

## DA COORDENAÇÃO

Art. 13 – Ao Coordenador do Curso incumbe, conforme determinação do Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFSM (art. 12):

- I- elaborar, numa perspectiva democrática, junto ao colegiado do curso, a Proposta político-pedagógica do Curso;
- II- convocar, por escrito, e presidir as reuniões do Colegiado do Curso zelando para que a representatividade do colegiado do mesmo esteja de acordo com o presente regulamento, ou seja, 50% mais (1) um dos integrantes do mesmo. Na falta de quorum, a reunião será suspensa.
- III- representar o Colegiado do curso sempre que se fizer necessário;
- IV- cumprir ou promover a efetivação das decisões do Colegiado;
- V- submeter ao Diretor do Centro os assuntos que requeiram ação dos órgãos superiores;
- VI- encaminhar ao órgão competente, via Direção do Centro, as propostas de alterações curriculares aprovadas pelo colegiado;
- VII- responsabilizar-se pelo patrimônio lotado no Curso;
- VIII- gerir os recursos financeiros alocados no Curso;
- IX- solicitar aos Departamentos, a cada semestre letivo, a oferta de disciplinas e docentes necessários ao desenvolvimento das atividades;
- X- exercer a coordenação da matrícula dos alunos do Curso, em colaboração com o DERCA;
- XI- representar, junto ao Diretor do Centro e/ou Chefe de Departamento, casos de transgressão docente e/ou discente;
- XII- examinar, em primeira instância, as questões suscitadas pelo corpo discente.

## DA SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 14 – Ao Secretário incumbe:

- I- superintender os serviços administrativos da secretaria do Curso;
- II- manter o controle acadêmico dos alunos do Curso;
- III- arquivar e distribuir documentos relativos às atividades didáticas e administrativas;
- IV- preparar prestação de contas e relatórios;
- V- organizar e manter atualizada a coleção de leis, portarias, circulares e demais documentos que possam interessar ao Curso;
- VI- fornecer informações e formulários de inscrição aos candidatos ao Curso;
- VII- participar e secretariar as reuniões do Colegiado como membro integrante e ativo do mesmo;
- VIII- manter atualizada a relação de docentes e discentes em atividade no Curso;
- IX- proceder ao encaminhamento legal das Monografias defendidas no Curso para registro ao órgão competente;
- X- manter atualizado o registro de atas das reuniões de Colegiado e das defesas de monografias;

- XI- organizar os processos de defesa de monografia entregando-os aos respectivos orientadores com antecedência de, no mínimo, 24 horas e estar à disposição das bancas examinadoras no local das provas de defesa pública para o imediato encaminhamento das atas finais;
- XII- organizar e publicar o cronograma de defesa de monografias, tão logo seja comunicado pelo (s) aluno (s), providenciando o material necessário à defesa, bem como, responsabilizar-se pela confirmação do local em que a defesa se efetivará;
- XIII- responsabilizar-se, ao início de cada semestre letivo, pela confirmação das salas de aula de funcionamento da (s) disciplina (s) do Curso;
- XIV- responsabilizar-se pela comunicação ao candidato à defesa de monografia, bem como à banca examinadora, por ofício, da data, horário e local da defesa.

### DO CORPO DISCENTE

Art. 15 – Aos alunos cabe cumprir as determinações legais referentes à frequência mínima de 75% de acordo com a carga horária dos componentes curriculares do Curso.

Parágrafo Único: O aluno deverá cumprir as atividades de todas as disciplinas do Curso, obedecendo os prazos determinados pelos professores e, em relação a avaliação final, cumprir os prazos determinados pelo calendário da UFSM, bem como obedecer os prazos necessários estabelecidos neste Regulamento para a defesa de Monografia.

Art. 16 – Entrar em contato com a Secretaria Administrativa do Curso no sentido de obter as informações necessárias ao processo de defesa da monografia com a antecedência necessária de, no mínimo 30 dias, ao dia marcado para a defesa.

Art. 17 – Entregar ao Orientador e respectiva banca de defesa de monografia uma cópia da mesma para cada membro da banca, no mínimo, 20 dias antes da defesa.

Art. 18 – De acordo com o Artigo 47 do Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-graduação da UFSM, o aluno deverá, após a defesa da Monografia, com as modificações sugeridas pela Comissão Examinadora, [entregar na Secretaria Administrativa do Curso quatro exemplares encadernados, um CD e o artigo, em conformidade com as normas vigentes de elaboração de monografia pelas normas técnicas da UFSM, no prazo determinado pela banca.](#)

### CAPÍTULO III DO REGIME DIDÁTICO E DAS UNIDADES DE CRÉDITO

Art. 19 – Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas/aula e o curso deverá Ter um total de 24 créditos totalizando 360 (trezentos e sessenta) horas-aula sendo, destas, 270 horas de disciplinas obrigatórias e 90 horas em disciplinas optativas.

§ 1º São optativas as disciplinas de 30 horas devendo o aluno, ao elaborar seu plano de estudos, escolher, no mínimo 3 disciplinas para integralização curricular .

Art. 20 - O curso, terá duração de 18 (dezoito) meses cabendo uma prorrogação de até 06 (seis) meses, em caráter excepcional, a critério do colegiado.

Parágrafo único: Ao matricular-se num semestre o aluno deverá Ter concluído os créditos do (s) semestre (s) anterior (s) e, ao apresentar a Monografia, deverá Ter concluído todas as disciplinas referentes aos três semestres letivos.

Art. 21 – O aluno deverá matricular-se, a cada semestre em EDM.

Art.22 – A orientação e elaboração de monografia acontecerá, concomitante ao desenvolvimento do 1º e 2º semestres letivos do curso e será intensificada no 3º semestre do mesmo.

§ 1º Conforme Artigo 10 da Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001, não será computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de Monografia.

§ 2º A Elaboração de Monografia consta dos 3 semestres do curso devendo realizar-se em horário e carga horária semanal como resultado de uma combinação entre Orientador e Orientando (s).

#### DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

##### 1º semestre:

CÓD.	CRÉD.	C.H	DISCIPLINAS
FUE 712	03	45	Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional
ADE 722	03	45	Políticas Públicas e Gestão Educacional
ADE	02	30	Financiamento da Educação
ADE	02	30	Política do Ensino Superior: Formação de Professores
ADE 726	03	45	Metodologia Científica
EDM 001			Elaboração de Monografia

Obrigatórias= 135 hs

Optativas = 60 hs

Total = 195 hs

**2º Semestre:**

<b>CÓD.</b>	<b>CRÉD</b>	<b>C.H</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
ADE 724	03	45	Gestão da Educação e Organização Escolar
ADE 725	03	45	Enfoques de Pesquisa
ADE	02	30	Política de Educação de Jovens e Adultos
FUE	02	30	Desenvolvimento Humano em diferentes abordagens
ADE	02	30	Organização Curricular
EDM			Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 90 hs      Optativas = 90 hs      Total= 180 horas-aula

**3º Semestre:**

<b>CÓD.</b>	<b>CRÉD</b>	<b>C.H</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
ADE	03	45	Planejamento Educacional e Projeto Institucional
GES 706	02	30	Tópicos Específicos de Gestão Educacional
FUE	02	30	Antropologia da Educação: Cultura Organizacional
ADE	02	30	Avaliação Institucional
FUE	02	30	Conflitos Interpessoais e a Gestão Escolar....
EDM 001			Elaboração de Monografia

Obrigatórias = 45 hs      Optativas = 120 hs      Total = 165 horas-aula

## DA ORIENTAÇÃO

Art. 23 – Conforme artigo 23 do Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-graduação da UFSM, cada aluno do Curso de Especialização em Gestão Educacional terá um professor orientador credenciado pelo colegiado do Curso.

§ 1º O credenciamento do professor orientador terá validade de dois anos. Findo este prazo o credenciamento poderá ser renovado por critérios a serem estabelecidos pelo colegiado do Curso de Especialização em Gestão Educacional.

§ 2º O professor orientador poderá ser escolhido em comum acordo entre o aluno, o professor em questão e o Coordenador do curso durante o primeiro semestre letivo do Curso.

§ 3º O professor orientador deverá estar em plena atividade de pesquisa e ser detentor de, no mínimo, do título de Mestre.

§ 4º Poderão ser credenciados docentes com a finalidade específica de orientação, a critério do Colegiado do Curso, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total dos docentes ministrantes das disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 5º Cada docente ministrante de disciplina, poderá orientar até 5 (cinco) alunos. Os docentes credenciados para orientação poderão orientar até dois alunos

Art. 24- Cabe ao professor orientador estabelecer o controle da integralização curricular acompanhando o desempenho do aluno durante o Curso.

Art. 25 – O orientador poderá sugerir à Coordenação do Curso a reformulação do Plano de Estudos do aluno devendo este processo ser analisado pelo Colegiado do Curso.

Art. 26 – O professor orientador deverá integrar, como Presidente, a Comissão Examinadora da prova de defesa de Monografia.

Art. 27 - Quando for necessária a presença de um professor co-orientador para o trabalho de Monografia, o Professor Orientador deverá informar ao coordenador do Curso.

Parágrafo Único: Quando for necessária a substituição do professor orientador, o interessado deverá instaurar processo, enviando um ofício ao Coordenador do Curso indicando os motivos de sua solicitação para posterior deliberação do colegiado.

## CAPÍTULO IV

### DO ACESSO AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

#### DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

Art. 28 – Serão requisitos gerais para a inscrição de candidatos:

I – Formulário de inscrição fornecido pelo DERCA.

II – Curriculum Vitae comprovado.

**III- Fotocópia do Diploma ou Certificado de previsão da conclusão do Curso Superior em nível de Graduação, Licenciatura, substituível até a matrícula.**

IV – Histórico escolar.

V - Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

VI – Ante-projeto de pesquisa objeto da monografia.

VII –Fotocópia da Carteira de Identidade, do CPF e do Título Eleitoral.

Art. 29 – As inscrições serão recebidas no DERCA/UFMSM durante o período fixado no calendário escolar da UFMSM para os Cursos de Especialização ou, em situações especiais, em período excepcional.

### DA SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Art. 30 – A seleção de candidatos será feita através de:

I – análise do curriculum vitae, devendo o mesmo ser avaliado de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo colegiado;

IV- análise do ante-projeto de pesquisa, cujos critérios para aprovação deverão ser estabelecidos pelo colegiado;

**III- entrevista individual, destinada a avaliar o domínio de conhecimentos, referentes a área do Curso, assim como a sustentação argumentativa do Ante-Projeto, cujos critérios da entrevista deverão ser previamente definidos pelo colegiado.**

Art. 31 – Serão constituídas bancas de professores para a seleção de candidatos indicadas pelo colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa mediante portaria.

Art. 32 – A divulgação da nominata dos candidatos selecionados será realizada pelo DERCA.

Parágrafo único: Caberá recurso a ser apreciado pelo colegiado do Curso num prazo de dez dias, após a divulgação dos resultados pelo DERCA.

### DA MATRÍCULA

Art. 33 – Estarão habilitados à matrícula todos os candidatos aprovados na seleção, conforme art. 30 do presente regulamento.

Art. 34 - Poderão obter matrícula especial em disciplinas do Curso:

I – alunos vinculados a outro Curso de Pós-Graduação “lato sensu” com a mesma especificidade deste, pertencentes a Instituição ou outras instituições, nacionais ou estrangeiras, a critério do colegiado;

II – alunos de graduação com, no mínimo, 75% dos créditos necessários à conclusão de seu Curso e participantes de projetos de pesquisa aprovados no âmbito da instituição, cabendo ao Professor Orientador do projeto a responsabilidade pela justificativa da solicitação.

Parágrafo Único: A matrícula especial em disciplinas do Curso é limitada a uma disciplina por semestre, por aluno e, no máximo, a duas matrículas especiais no Curso.

Art. 35 – Nos casos de reingresso, o colegiado do Curso deverá analisar a situação de cada candidato à seleção, segundo os seguintes critérios:

I – o candidato somente poderá solicitar reingresso na área onde realizou os créditos;

II – a solicitação de reingresso, deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso;

III - aprovada a solicitação de reingresso, o aluno terá um prazo máximo decidido pelo colegiado para a defesa da Monografia.

IV – somente serão revalidados créditos para reingresso, se as disciplinas cursadas no período anterior não ultrapassarem o limite máximo de dois anos até a data do pedido de revalidação.

### DAS NORMAS DE AVALIAÇÃO

Art. 36 – O número de avaliações das disciplinas por semestre ficará a critério dos professores podendo serem utilizados trabalhos de pesquisa, provas, seminários e outros que o professor julgar necessário.

Art. 37 – O professor poderá atribuir, por disciplina, os conceitos:

**A = Aprovado por Ter obtido aproveitamento satisfatório conforme os objetivos propostos.**

B = Aprovado com restrições por não atender plenamente aos objetivos propostos.

C = Aprovado com restrições significativas, o que situa o aluno numa posição mediana frente aos objetivos propostos.

**D1 = Reprovado.**

**R = Reprovado por frequência.**

**I = Situação 6**

§ 1º - De acordo com o artigo 34 parágrafo 5º. Do Regimento Interno dos Programas /Cursos de Pós graduação da UFSM, o conceito “I” é relativo à situação “6” para significar trabalho incompleto e não poderá ultrapassar o semestre letivo subsequente, devendo, para ser concedida, de acordo com o parágrafo 4º do mesmo artigo, ser comprovada por uma das seguintes situações:

I – tratamento de saúde;

II – licença gestante;

III – suspensão de registro por irregularidade administrativa;

IV- casos omissos deverão ser decididos, em comum acordo entre colegiado do Curso e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

§ 2º - **Os conceitos: A, B, C, D, R, I serão utilizados para a avaliação das disciplinas básicas do Curso;**

§ 3º - **Ao final de cada semestre, o professor orientador deverá atribuir ao aluno em Elaboração de Monografia, o conceito “S” ou “NS” (Suficiente ou Não Suficiente), justificado mediante parecer descritivo.**

Art. 38 – Será desligado do Curso o aluno que for reprovado por 02 (duas) vezes na mesma disciplina **ou** o aluno que obtiver conceito “NS” por dois semestres consecutivos no Curso de Especialização em Gestão Educacional.

Art. 39 – O aluno poderá solicitar trancamento de disciplinas no prazo fixado pelo Calendário Escolar, não sendo permitido o trancamento total.

Art. 40 – A avaliação final do Curso se consolida na defesa da Monografia de Especialização que deverá se constituir num trabalho próprio, redigido em língua portuguesa, encerrando uma contribuição relevante para a área da gestão educacional.

§ 1º A estrutura e apresentação da Monografia deve estar em conformidade com a Resolução nº 006/2000 e deverá ser defendida perante uma banca de três professores.

§ 2º A avaliação final da monografia deverá enquadrar-se nos seguintes conceitos:

A – Aprovado ; NA – Não Aprovado

Art. 41- A Comissão Examinadora da Monografia do Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional – deverá ser integrada por três membros efetivos e um suplente para a defesa de monografia, sendo obrigatória a presença do Professor Orientador na Comissão Examinadora, ao qual caberá a presidência dos trabalhos.

§ 1º O suplente, a convite do Presidente da Banca, ou do próprio aluno, poderá fazer parte da mesa no momento da defesa, tendo o direito de opinar e oferecer sugestões sobre o trabalho de monografia como os demais membros da banca sendo, no entanto, a este, vedado o direito de emitir conceito de avaliação final.

§ 2º O candidato terá o tempo máximo de 50 minutos para fazer a apresentação geral de seu trabalho.

§ 3º Na realização da prova de defesa, cada um dos membros da banca argüirá o candidato por tempo não superior a 15 min. E este disporá de igual tempo para responder a cada questão.

§ 4º A prova de defesa de monografia será pública.

§ 5º Por motivo justificado, cabe ao Coordenador do Curso adiar a data da prova de defesa de monografia.

Art. 42 – Após a defesa da monografia, deverá ser organizado e apresentado, ao candidato, pelo Presidente da Comissão Examinadora:

I – um quadro demonstrativo no qual deverão constar: nomes dos examinadores, resultado (aprovado ou reprovado) e lugar para as assinaturas;

II – a leitura do resultado de cada examinador e a proclamação do resultado final.

Art. 43 – Será considerado aprovado o candidato que obtiver aprovação por 2/3 da Comissão Examinadora do Curso de Pós-Graduação em Educação – Especialização em Gestão Educacional.

§ 1º O candidato reprovado poderá Ter, a critério da banca, no mínimo, seis meses e, no máximo, um ano para submeter-se a nova prova de defesa de Monografia, devendo o aluno manter vínculo com o Curso de Especialização mediante matrícula em EDM.

§ 2º Somente poderão obter Certificado de Especialista em Gestão Educacional após ingressarem no Curso, os alunos que obtiverem aprovação em todos os créditos do curso e na Monografia defendida.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regulamento serão solucionados em primeira instância pela Coordenação do Curso juntamente com seu Colegiado e, em Segunda instância pelo Conselho do Centro de Educação e, posteriormente pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM

Santa Maria, junho de 2006

Este Regulamento foi alterado em 2003 em seus artigos 9º, 11, 28, 37, 38, 41 conforme decisão do Colegiado do Curso (ATA nº 04/2003 de 10/4/2003, em anexo) e aprovado pelo CEPE em Sessão 627.9 de 06/05/2003 – Processo Administrativo nº 23081-3234/2003.11 (documento em anexo). [O regulamento foi submetido a uma nova alteração em 2004 em seu Art.28, Inciso III, conforme Processo Administrativo nº 23081.000346/2004-92.](#)

### 13. CORPO DOCENTE (Curriculum-Vitae)

- Ane Carine Meurer Dr<sup>a</sup>
- Ceres Karam Brum Dr<sup>a</sup>
- Clovis Renan Jacques Guterres Dr.
- Celso Ilgo Henz Dr.
- Fabiane Adela Tonetto Costas Dr<sup>a</sup>
- Glades Tereza Felix Ms (em Doutoramento)
- Hugo Antonio Fontana Dr.
- Jorge Luiz da Cunha Dr.
- Leocadio José Correa Ribas Lameira Dr.
- Lorena Inês Peterine Marquezan Ms.
- Lúcia Salete Celich Dani Ms.
- Maria Elizabete Londero Mousquer Dr<sup>a</sup>
- Myriam Cunha Krum Ms.
- Paulo de Tarso Andrade Aukar Ms.
- Rosane Carneiro Sarturi Dr<sup>a</sup>
- Sueli Menezes Pereira Dr<sup>a</sup>
- Liliana Soares Fereira Dr<sup>a</sup>

